



DEFENSORIA PÚBLICA ESTADO DO TOCANTINS

16/09/2012
MANHÃ

Cargo:

Analista Jurídico de Defensoria Pública

Provas de Conhecimento

	Questões		Questões
Língua Portuguesa	01 a 10	Legislação que dispõe sobre e organiza a Defensoria Pública	21 a 30
Noções de Informática	11 a 15	Conhecimentos Específicos	31 a 80
História e Geografia do Estado do Tocantins	16 a 20		

SÓ ABRA QUANDO AUTORIZADO

ANTES DE COMEÇAR A FAZER AS PROVAS:

- Verifique se este caderno contém cinco provas, com um total de 80 (oitenta) questões - sequencialmente enumeradas de 01 a 80.
- Caso haja algum problema solicite ao aplicador a substituição deste caderno.

AO RECEBER A FOLHA DE RESPOSTAS E A FOLHA DE TEXTO DEFINITIVA :

- Confira seu nome e número de inscrição.
- Assine à CANETA no espaço indicado.

AO TRANSFERIR AS RESPOSTAS PARA A FOLHA DE RESPOSTAS DEFINITIVA:

- Use somente caneta azul ou preta e aplique traços firmes dentro da área reservada à letra correspondente a cada resposta, conforme modelo:



- Sua resposta NÃO será computada se houver marcação de mais de uma alternativa.
- A folha de respostas não deve ser dobrada, amassada ou rasurada.

ATENÇÃO:

Após a prova você só pode levar consigo o Gabarito Rascunho.

AO TERMINAR AS PROVAS você deve chamar a atenção do aplicador levantando o braço. Ele irá até você para recolher sua FOLHA DE TEXTO DEFINITIVA, FOLHA DE RESPOSTAS e este CADERNO DE PROVAS.

Recolha seus objetos, deixe a sala, e em seguida o prédio. A partir do momento em que sair da sala e até sair do prédio, continuam válidas as proibições sobre o uso de aparelhos eletrônicos e celulares, bem como não lhe é mais permitido o uso dos sanitários.

Terá suas provas anuladas e será automaticamente eliminado do processo seletivo o candidato que, durante a sua realização for surpreendido portando (mesmo que desligado) aparelhos eletrônicos, tais como bip, telefone celular, relógio de qualquer espécie, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, pen drive, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, chaves e controle de alarme de carro e moto, controle de portão eletrônico, etc., bem como quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc., e ainda lápis, lapiseira/grafite, borracha, caneta em material não-transparente, óculos de sol (exceto com comprovação de prescrição médica), carteira de dinheiro e armas.

Duração total destas provas, incluindo o preenchimento da FOLHA DE RESPOSTAS e FOLHA DE TEXTO DEFINITIVA:

CINCO HORAS

Nome:

RG:

COPESE
Comissão Permanente de Seleção

UFT
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

LÍNGUA PORTUGUESA

O fragmento a seguir será o texto base para se responderem as questões de 1 a 10 desta prova. Ele compõe a obra **“O Processo”**, escrita pelo tcheco Franz Kafka (em tradução de Torrieri Guimarães. São Paulo: Abril Cultural, 1979. p. 228-230.). Autores e estudiosos têm denominado o excerto como sendo uma parábola, intitulando-a “Diante da lei”.

1 Diante da lei está postado um guarda. Até ele se chega um homem do campo que lhe pede que o deixe entrar na lei. Mas o sentinela lhe diz que nesse momento não é permitido entrar. O homem reflete e depois pergunta se mais tarde lhe será permitido entrar. “É possível”, diz o guarda, “mas agora não.” A grande porta que dá para a lei está aberta de par em par como sempre, e o guarda se põe de lado; então o homem, inclinando-se para diante, olha para o interior através da porta. Quando o guarda percebe isso desata a rir e diz: “Se tanto te atrai entrar, procura fazê-lo não obstante a minha proibição. Mas guarda bem isto: eu sou poderoso e contudo não sou mais do que o guarda mais inferior; em cada uma das salas existem outros sentinelas, um mais poderoso do que o outro. Eu não posso suportar já sequer o olhar do terceiro”. O camponês não esperava tais dificuldades; parece-lhe que a lei tem de ser acessível sempre a todos, mas agora que examina com maior atenção o guarda, envolto em seu abrigo de peles, que tem grande nariz pontiagudo e barba longa, delgada e negra à moda dos tártaros, decide que é melhor esperar até que lhe deem permissão para entrar. O guarda dá-lhe então um escabelo e o faz sentar-se a um lado, frente à porta. Ali passa o homem, sentado, dias e anos. Faz infinitas tentativas para entrar na lei e cansa o sentinela com suas súplicas. O sentinela às vezes o submete a pequenos interrogatórios, pergunta-lhe por sua pátria e por muitas outras coisas, mas no fundo não lhe interessam especialmente as respostas. Pergunta como o faria um grande senhor; e sempre termina por manifestar-lhe que ainda não pode entrar. O homem, que para realizar aquela viagem teve de se abastecer de muitas coisas, emprega tudo, por mais valioso que seja, para subornar o porteiro. Este aceita tudo, mas diz: “Aceito-o para que não julgues que te descuidaste de alguma coisa”. Durante muitos anos aquele homem não afasta os seus olhos do sentinela. Esquece-se dos outros sentinelas e chega a parecer-lhe que este primeiro é o único obstáculo que lhe impede entrar na lei. Nos primeiros anos maldiz a gritos sua funesta sorte, mas depois, quando se torna velho, limita-se a grunhir entre dentes. E, como nos longos anos que passou estudando o sentinela, chega a conhecer também as pulgas de seu abrigo de pele, tornado outra vez à infância, roga até a essas pulgas para que o auxiliem a quebrar a resistência do guarda. Por fim vê que a luz que seus olhos percebem é mais fraca e não consegue distinguir se realmente se fez noite ao redor dele ou se simplesmente são os olhos que o enganam. Mas agora, em meio às trevas, percebe um raio de luz inextinguível através da porta. Resta-lhe pouca vida. Antes de morrer concentram-se em sua mente todas as lembranças e pensamentos daquele tempo em uma pergunta que até esse momento não tinha ainda formulado ao sentinela. Como seu corpo já rígido não se pode mover, faz um sinal ao guarda para que se aproxime. Este precisa inclinar-se profundamente pois a diferença de dimensões entre um e outro chegou a fazer-se muito grande em virtude do empequenecimento do homem. “Que é o que ainda queres saber?”, pergunta o sentinela. “És incontestável”. “Dize-me”, diz o homem, “se todos desejam entrar na lei, como se explica que em tantos anos ninguém, além de mim, tenha pretendido fazê-lo?” O guarda percebe que o homem está já às portas da morte, de modo que para alcançar o seu ouvido moribundo ruge sobre ele: “Ninguém senão tu podia

entrar aqui, pois esta entrada estava destinada apenas para ti. Agora eu me vou e a fecho”.

QUESTÃO 01

1. Tomando como referência a figura do porteiro, analise as assertivas a seguir e marque a alternativa correta:
 - I. Ele nega, em caráter definitivo, o acesso do homem ao campo da Lei;
 - II. Ele adia constantemente o acesso do camponês ao conhecimento encerrado na Lei;
 - III. Ele oferece explicitamente a ignorância ao camponês, como forma de lhe preservar a vida;
 - IV. Ele é venal, pois admite receber presentes do camponês, embora continue lhe barrando a entrada;
 - V. Ele se contradiz ao dizer que não podia franquear a entrada ao camponês e, noutro momento, afirma que a entrada estava destinada apenas àquele homem;

(A) Apenas a II está correta.
 (B) Apenas a IV está correta.
 (C) Apenas a II e a III estão corretas.
 (D) Apenas a I, a III, a IV e a V estão corretas.

QUESTÃO 02

Releia o fragmento final da parábola: “Ninguém senão tu podia entrar aqui, pois esta entrada estava destinada apenas para ti. Agora eu me vou e a fecho.” (linhas 65 a 67). Dentre as alternativas a seguir, qual delas NÃO se relaciona a um dos sentidos possíveis do texto?

- (A) O homem foi alcançado pela lei, no sentido restrito desta de se estabelecer uma ordem e de se obedecer a ela.
- (B) O homem deve preservar-se e submeter-se a uma intimidação constante ao longo de sua vida terrena, como lhe julga a lei.
- (C) O empecilho enfrentado pelo homem frente à lei pode ser ele próprio, que se resigna e se contenta com a ignorância, conservando seus medos.
- (D) O homem, já no fim de sua vida, faz a pergunta libertadora, embora já estivesse efetivamente livre ao longo de todos os anos, permanecendo sentado à porta da lei voluntariamente.

QUESTÃO 03

Considerando a forma e a linguagem do gênero a que pertence o texto lido, marque a alternativa que explicita a tipologia textual que o caracteriza:

- (A) Obedece à estrutura convencional da dissertação argumentativa, cujo intuito é discorrer sobre um dado assunto e, senão também persuadir o leitor, transmitir-lhe algum conhecimento.
- (B) Seu intuito preponderante é descrever a experiência humana de séculos, por isso recebendo o mérito de ser lido e admirado por representar interesse de cunho social e de ter validade ainda nos dias atuais.
- (C) Trata-se de uma narrativa de caráter essencialmente argumentativo, cujo objetivo é imprimir concepções sobre a natureza física, a organização e o funcionamento da sociedade, regras de conduta e comportamento.
- (D) Por ser de caráter preditivo, contempla as etapas da vida do homem, como nascimento, velhice e morte, retratando formas de se agir perante o ódio, a desconfiança, a amizade, a rivalidade e contrastando bem e mal, êxito e fracasso, vitória e derrota.

QUESTÃO 04

Reconhece-se que não existem sinônimos perfeitos. Contudo, algum tipo de equivalência semântica deve haver entre palavras ou expressões, principalmente quando se trata de traduções de obras. Nesse sentido, compare os grupos de sentenças abaixo e os termos em destaque e marque a alternativa em que não há equivalência semântica entre as diferentes versões do texto lido, uma de Torrieri Guimarães e outra de Modesto Carone (Companhia das Letras, 2005), respectivamente:

- (A) “O guarda dá-lhe então um **escabelo** (...)”.
“O porteiro lhe dá um **banquinho** (...)”.
- (B) “És **incontestável**.”
“Você é **insaciável**.”
- (C) “O guarda percebe que o homem **está já às portas da morte** (...)”.
“O porteiro percebe que o homem **já está no fim** (...)”.
- (D) “Nos primeiros anos maldiz a gritos sua **funesta** sorte (...)”.
“Nos primeiros anos, amaldiçoa em voz alta o acaso **infeliz** (...)”.

QUESTÃO 05

Com base nos fragmentos abaixo, analise o valor semântico do conector MAS (que, além da ideia de oposição, de contraste, pode exprimir restrição, retificação, atenuação ou adição) para assinalar a alternativa CORRETA:

- I. “Diante da lei está postado um guarda. Até ele se chega um homem do campo que lhe pede que o deixe entrar na lei. Mas a sentinela lhe diz que nesse momento não é permitido entrar”. (linhas 01 a 04);
- II. “O homem reflete e depois pergunta se mais tarde lhe será permitido entrar. É possível”, diz o guarda, “mas agora não”. (linhas 04 a 06);
- III. “O camponês não esperara tais dificuldades; parece-lhe que a lei tem de ser acessível sempre a todos, mas agora que examina com maior atenção o guarda, envolto em seu abrigo de peles, que tem grande nariz pontiagudo e barba longa, delgada e negra à moda dos tártaros, decide que é melhor esperar até que lhe deem permissão para entrar.” (linhas 16 a 22);
- IV. “O homem, que para realizar aquela viagem teve de se abastecer de muitas coisas, emprega tudo, por mais valioso que seja, para subornar o porteiro. Este aceita tudo, mas diz: “Aceito-o para que não julgues que te descuidaste de alguma coisa”. (linhas 31 a 35);
- (A) Contraste, contraste, restrição, retificação,
(B) Adição, contraste, restrição, contraste.
(C) Contraste, contraste, retificação, restrição.
(D) Restrição, restrição, retificação, retificação.

QUESTÃO 06

Em: “Se tanto te atrai entrar, (linha 10) procura fazê-lo não obstante a minha proibição.” (linha 11), temos:

- Oração 1** – condição para a realização;
Oração 2 – resultado da condição enunciada;

Na noção de condicionalidade, diz-se que a construção apoia-se em uma hipótese. Pode-se considerar, no excerto acima, do ponto de vista lógico-semântico, que a relação que se instaura entre o conteúdo da condicionante (subordinada, oração 1) e o conteúdo da condicionada (principal, oração 2) é um resultado que se resolve na oração 2, sendo, portanto, uma relação do tipo:

- (A) Realização / fato, pois, dada a realização / factualidade da oração condicionante, segue-se, necessariamente, a realização / a factualidade da oração condicionada.
- (B) Não realização / não fato, pois, dada a não realização da oração condicionante, segue-se, necessariamente, a não realização da oração condicionada.
- (C) Realização eventual / fato eventual, dada a potencialidade da oração condicionante, segue-se a eventualidade da oração condicionada.
- (D) Realização / fato da primeira e não realização da segunda, pois, dada a realização da oração que exprime a condição (subordinada), segue-se a não realização da oração que exprime o condicionado (principal).

QUESTÃO 07

Considere o período a seguir: “A grande porta que dá para a lei está aberta de par em par como sempre, e o guarda se põe de lado; **então** o homem, inclinando-se para diante, olha para o interior através da porta.” (linhas 6 a 9). Nesse trecho, a palavra em destaque estabelece relação de:

- (A) Causalidade entre dois argumentos.
(B) Conclusão entre dois segmentos do texto.
(C) Proximidade entre um ocorrido e sua objeção.
(D) Temporalidade entre duas seqüências factuais.

QUESTÃO 08

Leia os itens a seguir:

- I. “Eu não posso suportar já sequer o olhar do terceiro”;
II. “Esquece-se dos outros sentinelas e chega a parecer-lhe que este primeiro é o único obstáculo (...)”;
III. “Mas agora, em meio às trevas, percebe um raio de luz inextinguível através da porta.”;
IV. “Ninguém senão tu podia entrar aqui, pois esta entrada estava destinada apenas para ti.”;

De modo que se mantenham os sentidos e que se atendam as normas propostas pela gramática normativa da língua portuguesa, assinale a alternativa que propõe a reescrita igualmente adequada para uma das sentenças acima:

- (A) Sequer posso suportar o olhar do terceiro (em lugar de I).
(B) Mas agora, em meio a trevas, percebe um raio de luz inextinguível através da porta (em lugar de III).
(C) Esquece os outros sentinelas e lhe chega a parecer que este primeiro é o único obstáculo (em lugar de II).
(D) Ninguém senão tu podias entrar aqui, pois esta entrada estava destinada apenas para ti (em lugar de IV).

QUESTÃO 09

Considere o trecho seguinte: “Nos primeiros anos maldiz a gritos sua funesta sorte, mas depois, quando se torna velho, limita-se a grunhir entre dentes. E, como nos longos anos que passou estudando o sentinela, chega a conhecer também as pulgas de seu abrigo de pele, tornado outra vez à infância, roga até a essas pulgas para que o auxiliem a quebrar a resistência do guarda. Por fim vê que a luz que seus olhos percebem é mais fraca e não consegue distinguir se realmente se fez noite ao redor dele ou se simplesmente são os olhos que o enganam.” (linhas 39 a 48). Dentre as alternativas a seguir, indique aquela que apresente pontuação igualmente correta para esse mesmo fragmento, sem alterar-lhe o sentido ou a função sintática de seus constituintes:

- (A) Nos primeiros anos, maldiz a gritos sua funesta sorte. Mas, depois, quando se torna velho, limita-se a grunhir entre dentes. E, como nos longos anos que passou estudando, o sentinela chega a conhecer também as

pulgas de seu abrigo de pele. Tornado outra vez à infância, roga até a essas pulgas para que o auxiliem a quebrar a resistência do guarda. Por fim, vê que a luz que seus olhos percebem é mais fraca e não consegue distinguir se realmente se fez noite ao redor dele ou se, simplesmente, são os olhos que o enganam.

- (B) Nos primeiros anos maldiz a gritos sua funesta sorte, mas, depois, quando se torna velho, limita-se a grunhir entre dentes. E, como nos longos anos que passou estudando o sentinela chega a conhecer também as pulgas de seu abrigo de pele tornado outra vez à infância, roga até a essas pulgas para que o auxiliem a quebrar a resistência do guarda. Por fim, vê que a luz, que seus olhos percebem, é mais fraca e não consegue distinguir se realmente se fez noite ao redor dele ou se simplesmente são os olhos que o enganam.
- (C) Nos primeiros anos maldiz a gritos sua funesta sorte, mas depois, quando se torna velho, limita-se a grunhir entre dentes. E, como nos longos anos que passou estudando o sentinela, chega a conhecer também as pulgas de seu abrigo de pele, tornado outra vez à infância, roga até a essas pulgas para que o auxiliem a quebrar a resistência do guarda. Por fim vê, que a luz que seus olhos percebem é mais fraca, e não consegue distinguir se realmente se fez noite ao redor dele ou se simplesmente são os olhos que o enganam.
- (D) Nos primeiros anos, maldiz a gritos sua funesta sorte. Mas, depois, quando se torna velho, limita-se a grunhir entre dentes. E, como nos longos anos que passou estudando o sentinela chega a conhecer também as pulgas de seu abrigo de pele, tornado outra vez à infância, roga até a essas pulgas para que o auxiliem a quebrar a resistência do guarda. Por fim, vê que a luz que seus olhos percebem é mais fraca e não consegue distinguir se realmente se fez noite ao redor dele ou se, simplesmente, são os olhos que o enganam."

QUESTÃO 10

Assinale a alternativa em que a partícula "se" exerce função sintática idêntica à do trecho "O homem reflete e depois pergunta se mais tarde lhe será permitido entrar.":

- (A) "Se tanto te atrai entrar, procura fazê-lo não obstante a minha proibição." (linhas 10 e 11)
- (B) "A grande porta que dá para a lei está aberta de par em par como sempre, e o guarda se põe de lado; (...)" (linhas 6 a 8)
- (C) "(...) e não consegue distinguir se realmente se fez noite ao redor dele ou se simplesmente são os olhos que o enganam." (linhas 46 a 48)
- (D) "O homem, que para realizar aquela viagem teve de se abastecer de muitas coisas, emprega tudo (...) para subornar o porteiro." (linhas 31 a 34)

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

QUESTÃO 11

Assinale a alternativa que não pode aparecer na janela principal do Painel de Controle do Windows 7, instalação padrão português Brasil. A janela principal é iniciada clicando em **Iniciar** e em seguida **Painel de Controle**. A janela principal está classificada por Categoria.

- (A) Contas de Usuário e Segurança Familiar
(B) Sistema e Segurança
(C) Windows Explorer
(D) Rede e Internet

QUESTÃO 12

Analise as afirmativas a seguir acerca dos conceitos, ferramentas e protocolos de Internet.

- I. O Google Chrome é um navegador desenvolvido para acessar o conteúdo disponível na Internet;
II. POP3 é um protocolo para envio de e-mails através da Internet;
III. HTML permite a construção de páginas Web;
IV. DNS é o protocolo de resolução de nomes para redes TCP/IP;
V. Download é usado quando um arquivo é transferido do computador para a Internet;

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) I, II e III
(B) I, III e IV
(C) II, III e IV
(D) III, IV e V

QUESTÃO 13

Analise a figura a seguir:



Marque a alternativa CORRETA acerca dos guias da janela de **Opções** do **Menu Ferramentas**, disponível no Firefox versão 3.6.27 instalação padrão português Brasil.

- (A) O guia **Geral** permite configurar o tamanho da fonte usada pelo Firefox.
(B) No guia **Conteúdo** é possível habilitar o Firefox para bloquear janelas popup.
(C) No guia **Privacidade** permite bloquear sites avaliados como falsos.
(D) O guia **Segurança** permite limpar histórico recente ou excluir cookies em particular.

QUESTÃO 14

Analise as afirmativas em V (Verdadeiro) e F (Falso), acerca da planilha eletrônica do Microsoft Excel 2007 instalação padrão português Brasil, descrita na figura a seguir: As células D2 a D5 estão com formatação contábil.

	D2			
	A	B	C	D
1	Processo	Movimentação	Valor	
2	1010-85.2009	Concluso	R\$ 2.000,00	
3	2020-55.2010	Carga	R\$ 12.000,00	
4	3030-55.2011	Despacho	R\$ 3.000,00	
5	4040-55.2012	Inicial	R\$ 3.000,00	
6				
7				

- I. A ação de clicar em D2 e digitar =SE(B2=Concluso;C2*30%) e em seguida, pressionar ENTER, atribui o valor 600,00 à célula D2;
- II. Para atribuir o valor 5.000,00 à célula D3 é suficiente realizar o seguinte procedimento: clicar na célula D3, digitar =SE(C2<=C3;MÉDIA(C2:C5)) e, em seguida, pressionar ENTER;
- III. O ato de clicar em célula D4 e digitar =SE(C2<=C3;SOMA(C2:C3);SOMA(C2:C5)) e em seguida, pressionar a tecla ENTER, atribui o valor 14.000,00 à célula D4;
- IV. Para atribuir o valor 12.000,00 à célula D5 é suficiente realizar o seguinte procedimento: clicar a célula D5, digitar =SE(MÉDIA(C2:C5)>=1000;MÁX(C2:C5)) e em seguida, pressionar a ENTER;

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) I, II e IV
- (B) I e II
- (C) II, III e IV
- (D) I e IV

QUESTÃO 15

Em relação ao programa Microsoft Word 2003 instalação padrão português Brasil, tem-se que clicando em **Formatar** pode-se efetuar as seguintes operações:



- I. Ajustar a fonte, o estilo, o tamanho, a cor, os efeitos e a forma de visualização utilizada;
- II. Ajustar o parágrafo através do alinhamento, recuo e espaçamento, quebra de linha e de página;
- III. Incluir e ajustar os marcadores e numeração, definindo níveis e estilos de lista;
- IV. Ajustar as bordas e sombreados da página;
- V. Ajustar a ortografia e gramática, através do idioma escolhido, da concordância verbal e do uso de sinais e de pontuação;

Marque a alternativa que apresenta as afirmativas VERDADEIRAS:

- (A) I, II, III e V
- (B) I, III, IV e V
- (C) I, II, III e IV
- (D) II, III, IV e V

HISTÓRIA E GEOGRAFIA DO ESTADO DO TOCANTINS

Para responder a questão 16, leia o texto abaixo:

No norte goiano (o atual Estado do Tocantins) os conflitos entre o índio e o colonizador ocorreram principalmente no primeiro momento da colonização. Todas as medidas tomadas, referentes aos indígenas tinham como objetivo impedir que eles se tornassem obstáculos à exploração da terra pelo colonizador e determinavam que eles fossem tratados por meio da persuasão. No século XVIII, sob a administração do Marquês de Pombal a política indigenista teve novas diretrizes. (PARENTE, T. G. **Fundamentos históricos do estado do Tocantins**. Goiânia: Ed. Da UFG, 1999, adaptado).

QUESTÃO 16

A respeito das diretrizes referentes ao indígena indicadas no texto acima, é CORRETO afirmar que a política pombalina

- (A) tinha como objetivo escravizar o indígena no norte de Goiás (atual Estado do Tocantins) permitindo o colonizador usar de sua mão-de-obra para o trabalho nas lavouras.
- (B) foi mais uma forma de expropriar o indígena em relação ao processo de colonização.
- (C) preocupou-se em ensinar os costumes dos brancos, permitindo ao colonizador usar a mão de obra indígena agora assalariada.
- (D) objetivava a domesticação dos índios por meio da força e violência para contribuir na catequese religiosa, mantendo assim o índio sob controle.

QUESTÃO 17

A luta pela terra no Bico do Papagaio é resultado de convergências de vários fatores, alguns de ordem estrutural, e outros resultantes da conjuntura histórica. No Bico do Papagaio temos a confrontação de duas ordens de interesse baseadas em racionalidades distintas: a do posseiro e a do fazendeiro ou empresário.

É CORRETO afirmar que a racionalidade do posseiro e fazendeiro, em relação à apropriação da terra, distingue-se porque

- (A) A do posseiro prevê antes de mais nada a titulação, enquanto a do fazendeiro prevê, sobretudo, a falsificação dos títulos.
- (B) A do posseiro está relacionada com a expansão de suas áreas para a produção, enquanto a do fazendeiro ou empresário tem a terra como um valor extraordinário.
- (C) A do fazendeiro está relacionada com a expansão de suas áreas e produção, enquanto a do posseiro prevê a titulação de forma ilícita.
- (D) A do fazendeiro ou empresário prevê antes de mais nada a titulação, nem que seja necessária a falsificação de títulos, enquanto que a do posseiro não tem a preocupação da titulação, a sua produção é praticada em terras indivisas e libertas.

QUESTÃO 18

O Estado de Goiás teve duas importantes frentes de penetração: uma proveniente de São Paulo e outra do norte, sobretudo de Belém (Grão-Pará) que foi utilizada na construção discursiva de uma oposição binária em relação à identidade tocaninense: a dos missionários e dos bandeirantes.

Em relação às bandeiras é CORRETO afirmar que

- (A) colonizaram o vazio demográfico em que se encontrava o norte do Estado de Goiás explorando a mão de obra dos indígenas para o trabalho nas lavouras, sobretudo da cana-de-açúcar na região.
- (B) pouco contribuíram para a ocupação da região, pois se propunham aprisionar nativos e usá-los como mão-de-obra nas lavouras de açúcar em São Paulo.

- (C) as bandeiras como primeiras expedições no norte de Goiás contribuíram de forma decisiva para ocupação da região, desbravando-a e criando as condições necessárias para o povoamento
- (D) atribui-se aos bandeirantes o papel de defensores da terra e dos povos indígenas, diante do interesse de ocupar o norte de Goiás criando assim as vilas de povoamento na época colonial.

Para responder a questão 19, leia o texto abaixo:

Em se tratando da participação do norte de Goiás nos diferentes níveis de poder nos últimos anos da República Velha, percebe-se que as elites políticas que compunham a representação federal, Câmara e Senado, tinham sua origem nas cidades que, graças ao rio Tocantins, desenvolveram a atividade comercial, como a exportação de gado e subprodutos, com os Estados limítrofes Pará e Maranhão, facultando-lhes primazia na região (CAVALCANTE, Maria do E. S. R. O discurso autonomista do Tocantins. São Paulo: EDUSP, 2003, p. 61).

QUESTÃO 19

De acordo com o texto, é CORRETO afirmar que a cidade beneficiada com o desenvolvimento comercial a partir do rio Tocantins foi

- (A) Porto Nacional, cuja história está atrelada ao rio tornando-se proeminente em aspectos econômicos, políticos e culturais no norte de Goiás.
- (B) Xambioá, diante da localização de jazidas de cristal de rocha quartzo na Chapada do Chiqueirão, atraindo migrantes para o norte de Goiás.
- (C) Araguaína, em virtude de sua importância comercial para o escoamento e distribuição de mercadorias para o Norte de Goiás.
- (D) Ananás, que cresceu com a exploração do côco babaçu e ao plantio de lavouras praticado por maranhenses no norte de Goiás.

Para responder a questão 20, leia o texto abaixo:

Ele se autodenomina Akwe, vive no município de Tocantínia, a 80km da capital Palmas. Culturalmente, é conhecido como o povo do trançado da seda de buriti e de capim-dourado, fibras usadas na produção de cestos, bolsas, brincos e colares de sementes de Tiririca, Jurema e Mulungu (IPHAN. Vivências e sentidos: o patrimônio cultural do Tocantins. Goiânia: IPHAN, 2008, p. 85, adaptado).

QUESTÃO 20

De acordo com as características culturais indígenas apontadas no texto acima, é CORRETO afirmar que se trata do povo

- (A) Xerente.
- (B) Apinayé.
- (C) Iny.
- (D) Krahô.

LEGISLAÇÃO QUE DISPÕE SOBRE E ORGANIZA A DEFENSORIA PÚBLICA

QUESTÃO 21

Nos termos da Lei Complementar nº 80/94 são objetivos da Defensoria Pública:

- I. a primazia da dignidade da pessoa humana e a redução das desigualdades sociais;
- II. a afirmação do Estado Democrático de Direito;
- III. a prevalência e efetividade dos direitos humanos;
- IV. a garantia dos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório;

- (A) Todos os itens estão corretos.
- (B) Todos os itens estão incorretos.
- (C) Somente os itens I, II e III estão corretos.
- (D) Somente os itens II, III e IV estão corretos.

QUESTÃO 22

Nos termos da Lei Complementar nº 80/94 são funções institucionais da Defensoria Pública, dentre outras:

- I. promover, prioritariamente, a solução extrajudicial dos litígios;
- II. representar aos sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos, postulando perante seus órgãos;
- III. patrocinar ação penal privada e a subsidiária da pública;
- IV. instaurar inquérito policial;
- V. lavrar termos circunstanciais;

- (A) Todos os itens estão corretos.
- (B) Somente os itens I, II e III estão corretos.
- (C) Somente os itens II, III e IV estão corretos.
- (D) Somente os itens III, IV e V estão corretos.

QUESTÃO 23

Nos termos da Lei Estadual nº 2.252/2009, o quadro de servidores auxiliares da Defensoria Pública do Estado do Tocantins é organizado, dentre outras, com fundamento nas seguintes diretrizes:

- I. organização e escalonamento dos cargos, tendo em vista a multifuncionalidade, a multidisciplinaridade e a complexidade das atribuições;
- II. motivação dos servidores, mediante o reconhecimento dos resultados obtidos no desempenho das suas atribuições, após aferição da eficiência e qualidade dos serviços prestados;
- III. desenvolvimento profissional dos servidores, mediante tempo de serviço e sindicância prévia de suas atribuições;
- IV. compromisso dos servidores com a filosofia e os objetivos da Instituição;
- V. revisão geral e bienal da remuneração em abril, obedecidos os parâmetros da Lei de Diretrizes Orçamentárias e a disponibilidade financeira;

- (A) Somente os itens I, II e III estão corretos.
- (B) Somente os itens II, III e IV estão corretos.
- (C) Somente os itens I, II e IV estão corretos.
- (D) Somente os itens III, IV e V estão corretos.

QUESTÃO 24

Nos termos da Lei Complementar nº 80/94 é prerrogativa dos membros da Defensoria Pública do Estado:

- (A) Manifestar-se em autos administrativos ou judiciais por meio de cota.
- (B) Não residir na localidade onde exercem suas funções.
- (C) Exercer a advocacia fora das atribuições institucionais.
- (D) Exercer atividade político-partidária, enquanto atuar junto à Justiça Eleitoral.

QUESTÃO 25

Assinale a alternativa CORRETA, nos termos da Lei Complementar nº 80/94:

- (A) Ao Defensor Público-Geral do Estado compete exercer as atividades consultivas, normativas e decisórias a serem previstas na lei estadual.
- (B) Ao Conselho Superior compete dirigir a Defensoria Pública do Estado, superintender e coordenar suas atividades, orientando sua atuação, e representando-a judicial e extrajudicialmente.
- (C) A Ouvidoria-Geral é órgão de fiscalização da atividade funcional e da conduta dos membros e dos servidores da Instituição.
- (D) A Defensoria Pública do Estado poderá atuar por intermédio de núcleos ou núcleos especializados, dando-se prioridade, de todo modo, às regiões com maiores índices de exclusão social e adensamento populacional.

QUESTÃO 26

De acordo com a Lei nº. 1.818/2007, que estabelece o Estatuto dos Servidores Cíveis do Estado do Tocantins, as funções públicas, segundo a sua natureza, podem ser:

- I. De comando, direção, gerência ou chefia;
 - II. De fiscalização, quando se referem à fiscalização da atividade funcional e da conduta dos servidores;
 - III. Técnicas, quando se referem às ações de caráter instrumental, necessárias à habilitação do processo decisório;
 - IV. De apoio, quando se prestam à instrumentalização das demais funções e dos serviços do Estado;
- (A) Somente os itens I, II e III estão corretos;
 (B) Somente os itens I, III e IV estão corretos;
 (C) Somente os itens I, II e IV estão corretos;
 (D) Somente os itens II, III e IV estão corretos;

QUESTÃO 27

De acordo com a Lei nº. 1.818/2007, leia os itens abaixo e assinale a alternativa CORRETA:

- I. Os servidores cumprem jornada de trabalho fixada de acordo com as necessidades do exercício das atribuições pertinentes aos respectivos cargos, respeitada a duração máxima do trabalho semanal de 40 horas e observados os limites mínimo e máximo de 6 horas e 8 horas diárias, respectivamente;
 - II. Estágio Probatório é o período de 3 anos de efetivo exercício no cargo, no qual a Administração observa e avalia, por meio da Avaliação Especial de Desempenho, a capacidade do servidor no exercício do serviço público;
 - III. Salvo por imposição legal, mandado judicial, para atender programa de caráter social oficializado e para programa de capacitação funcional, ou nos casos de convênios com instituições credenciadas, nenhum desconto incide sobre o subsídio, remuneração ou provento do servidor;
 - IV. São princípios da conduta profissional dos servidores públicos a honestidade, o decoro, a eficiência e o exercício dos valores éticos e morais, que conferem dignidade ao cargo;
- (A) Todos os itens estão corretos.
 (B) Todos os itens estão incorretos.
 (C) Somente os itens I, II e III estão corretos.
 (D) Somente os itens II, III e IV estão corretos.

QUESTÃO 28

De acordo com o Estatuto dos servidores civis do Estado do Tocantins (Lei nº. 1.818/2007) assinale a alternativa CORRETA:

- (A) A acumulação remunerada de cargos públicos é sempre permitida.
- (B) A proibição de acumular não se estende aos empregos e funções junto às empresas públicas, sociedades de economia mista.
- (C) O servidor poderá exercer mais de um cargo em comissão e será remunerado pela participação em órgão de deliberação coletiva.
- (D) Detectada a qualquer tempo a acumulação ilegal de cargo, emprego ou função, o servidor é notificado, por intermédio da chefia imediata ou unidade de correedoria administrativa, mediante convocação escrita ou publicação no Diário Oficial, para apresentar opção no prazo improrrogável de 10 dias, contados da data da ciência.

QUESTÃO 29

Segundo o Código de Ética da Defensoria Pública (Resolução nº 58/2010), NÃO é dever do Defensor Público;

- (A) Velar por sua reputação pessoal e profissional;
- (B) Abster-se de participar de debates ou entrevistas em que a discussão envolva fatos atinentes a processo sob seu patrocínio submetido a sigilo de justiça ou de outro membro da Instituição;
- (C) Usar vestes talares.
- (D) Tratar com respeito e urbanidade os colegas, as autoridades, os servidores da Instituição e os cidadãos com os quais mantenha contato no exercício do cargo, não prescindindo de igual tratamento;

QUESTÃO 30

Segundo o Código de Ética da Defensoria Pública (Resolução nº 58/2010), constitui afronta à ética profissional do Defensor Público no exercício de suas funções:

- I. Perder prazos processuais sem motivo justificável ou não zelar, de qualquer forma, pela celeridade da tramitação dos feitos;
 - II. Não manter assiduidade e frequência em sua unidade de lotação e/ou designação;
 - III. Não manter seu gabinete organizado, deixando de zelar pelo patrimônio e documentação sob sua responsabilidade;
 - IV. Discriminar, no exercício das funções, pessoas, por motivo político, ideológico, partidário, religioso, de gênero, étnico, ou qualquer outro;
 - V. Trajar-se de forma incompatível com o cargo;
- (A) Todos os itens estão corretos.
 (B) Somente os itens I, II e IV estão corretos.
 (C) Somente os itens I, II e III estão corretos.
 (D) Somente os itens I, III e IV estão corretos.

PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**QUESTÃO 31**

Nos termos da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa INCORRETA:

- (A) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar

socorro, ou por determinação judicial, durante o dia ou a noite.

- (B) A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.
- (C) A lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos na Constituição.
- (D) A sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do "de cujus".

QUESTÃO 32

NÃO é privativo de brasileiros natos o cargo de:

- (A) Presidente da Câmara dos Deputados.
- (B) Ministro do Supremo Tribunal Federal.
- (C) Procurador Geral da União.
- (D) Ministro de Estado da Defesa.

QUESTÃO 33

Nos termos da Constituição Federal de 1988, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

- (A) Procedimentos em matéria processual.
- (B) Regime dos portos, navegação lacustre, fluvial, marítima, aérea e aeroespacial.
- (C) Normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, obedecido o disposto no art. 37, XXI, e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do art. 173, § 1º, III da Constituição Federal.
- (D) Propaganda comercial.

QUESTÃO 34

Nos termos da Constituição Federal, assinale a alternativa CORRETA:

- I. as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;
 - II. os atos de improbidade administrativa não importarão a suspensão dos direitos políticos;
 - III. a administração pública obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;
 - IV. é vedado ao servidor público civil à associação sindical;
- (A) Apenas os itens I e II estão corretos.
 - (B) Apenas os itens III e IV estão corretos.
 - (C) Apenas os itens I e III estão corretos.
 - (D) Apenas os itens II e IV estão corretos.

QUESTÃO 35

Nos termos da Constituição Federal compete privativamente ao Presidente da República:

- I. vetar projetos de lei, total ou parcialmente;
- II. dispor, mediante decreto, sobre extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos;

- III. remeter mensagem e plano de governo ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação do País e solicitando as providências que julgar necessárias;
- IV. conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei;

- (A) Apenas os itens I e II estão corretos.
- (B) Apenas os itens III e IV estão corretos.
- (C) Todos os itens estão corretos.
- (D) Todos os itens estão incorretos.

QUESTÃO 36

Nos termos da Constituição Federal NÃO compete aos juízes federais processar e julgar:

- (A) Os juízes federais da área de sua jurisdição, incluídos os da Justiça Militar e da Justiça do Trabalho, nos crimes comuns e de responsabilidade, e os membros do Ministério Público da União, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral.
- (B) As causas relativas a direitos humanos, decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte.
- (C) Os crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar.
- (D) Os crimes políticos e as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, excluídas as contravenções e ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral.

QUESTÃO 37

Nos termos da Constituição Federal, assinale a alternativa CORRETA:

- I. o advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei;
 - II. a Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados, na forma do art. 5º, LXXIV da Constituição Federal;
 - III. às Defensorias Públicas Estaduais são asseguradas autonomia funcional e administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias e subordinação ao disposto no art. 99, § 2º da Constituição Federal;
 - IV. os servidores integrantes da Defensoria Pública serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória;
- (A) Apenas os itens I e II estão corretos.
 - (B) Apenas os itens III e IV estão corretos.
 - (C) Todos os itens estão corretos.
 - (D) Todos os itens estão incorretos.

QUESTÃO 38

Nos termos da Constituição Federal compete ao Conselho Nacional de Justiça:

- I. somente quando provocado, apreciar a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da

lei, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União;

- II. somente quando provocado, rever os processos disciplinares de juizes e membros de tribunais julgados há menos de 5 (cinco) anos;
- III. representar ao Ministério Público, no caso de crime contra a administração pública ou de abuso de autoridade;
- IV. receber e conhecer das reclamações contra serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro que atuem por delegação do poder público ou oficializados;

- (A) Apenas os itens I e II estão corretos.
- (B) Apenas os itens III e IV estão corretos.
- (C) Apenas os itens I e III estão corretos.
- (D) Apenas os itens II e IV estão corretos.

QUESTÃO 39

Constitui Crime tipificado no Código de Trânsito Brasileiro, a prática de:

- I. afastar-se o condutor do veículo do local do acidente, para fugir à responsabilidade penal ou civil que lhe possa ser atribuída;
- II. participar, na direção de veículo automotor, em via pública, de corrida automobilística não autorizada pela autoridade competente, desde que resulte dano potencial à incolumidade pública ou privada;
- III. dirigir veículo automotor, em via pública, sem a devida Permissão para Dirigir ou Habilitação ou, ainda, se cassado o direito de dirigir, gerando perigo de dano;
- IV. permitir, confiar ou entregar a direção de veículo automotor a pessoa não habilitada, com habilitação cassada ou com o direito de dirigir suspenso;
- V. Inovar artificialmente, em caso de acidente automobilístico com vítima, na pendência do respectivo procedimento policial preparatório, inquérito policial ou processo penal, o estado de lugar, de coisa ou de pessoa, a fim de induzir a erro o agente policial, o perito, ou juiz;

- (A) Apenas os itens I, II, III e IV estão corretos.
- (B) Apenas os itens I, III, IV e V estão corretos.
- (C) Apenas os itens I, II, IV e V estão corretos.
- (D) Todos os itens estão corretos.

QUESTÃO 40

Nos termos da Lei de Introdução às normas do direito brasileiro, assinale a alternativa INCORRETA:

- (A) Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada.
- (B) Nos Estados, estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia três meses depois de oficialmente publicada.
- (C) Se, antes de entrar a lei em vigor, ocorrer nova publicação de seu texto, destinada a correção, o prazo de *vacatio legis* começará a correr da nova publicação.
- (D) A lei nova, que estabeleça disposições especiais a par das já existentes, revoga ou modifica a lei anterior.

QUESTÃO 41

Nos termos do Código Civil cessará a incapacidade por emancipação:

- I. pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos;
- II. pelo casamento;

- III. pelo exercício de emprego público efetivo;
- IV. pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria;

- (A) Apenas os itens I e II estão corretos.
- (B) Apenas os itens III e IV estão corretos.
- (C) Todos os itens estão corretos.
- (D) Todos os itens estão incorretos.

QUESTÃO 42

Nos termos do Código Civil, assinale a alternativa CORRETA:

- I. são livres a criação, a organização, a estruturação interna e o funcionamento das organizações religiosas, sendo vedado ao poder público negar-lhes reconhecimento ou registro dos atos constitutivos e necessários ao seu funcionamento;
- II. decai em dez anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito ou nulidade do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro;
- III. se a administração da pessoa jurídica vier a faltar, o juiz, a requerimento de qualquer interessado, nomear-lhe-á administrador provisório;
- IV. obrigam a pessoa jurídica os atos dos administradores, ainda que exercidos fora dos limites de seus poderes definidos no ato constitutivo;

- (A) Apenas os itens I e II estão corretos.
- (B) Apenas os itens III e IV estão corretos.
- (C) Apenas os itens I e III estão corretos.
- (D) Apenas os itens II e IV estão corretos.

QUESTÃO 43

Nos termos do Código Civil, assinale a alternativa INCORRETA relativamente aos defeitos do negócio jurídico:

- (A) Subsistirá o negócio jurídico, se a coação decorrer de terceiro, sem que a parte a que aproveite dela tivesse ou devesse ter conhecimento; mas o autor da coação responderá por todas as perdas e danos que houver causado ao coacto.
- (B) Ocorre a lesão quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.
- (C) Os negócios de transmissão gratuita de bens ou remissão de dívida, se os praticar o devedor já insolvente, ou por eles reduzido à insolvência, ainda quando o ignore, poderão ser anulados pelos credores quirografários, como lesivos dos seus direitos.
- (D) O erro é acidental, quando concerne à identidade ou à qualidade essencial da pessoa a quem se refira a declaração de vontade, desde que tenha influído nesta de modo relevante.

QUESTÃO 44

Nos termos do Código Civil, assinale a alternativa CORRETA, relativamente ao direito das obrigações:

- I. é ilícito convencionar o aumento progressivo de prestações sucessivas;
- II. efetuar-se-á o pagamento no domicílio do credor, salvo se as partes convencionarem diversamente, ou se o contrário resultar da lei, da natureza da obrigação ou das circunstâncias;

- III. presumem-se a cargo do credor as despesas com o pagamento e a quitação; se ocorrer aumento por fato do devedor, suportará este a despesa acrescida;
- IV. o credor não é obrigado a receber prestação diversa da que lhe é devida, salvo se mais valiosa;
- (A) Apenas os itens I e II estão corretos.
 (B) Apenas os itens III e IV estão corretos.
 (C) Todos os itens estão corretos.
 (D) Todos os itens estão incorretos.

QUESTÃO 45

Nos termos do Código Civil, assinale a alternativa CORRETA:

- I. são responsáveis pela reparação civil, os pais, pelos filhos menores que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia;
- II. nos contratos onerosos, o alienante responde pela evicção. Subsiste esta garantia ainda que a aquisição se tenha realizado em hasta pública;
- III. a posse pode ser adquirida pela própria pessoa que a pretende ou por seu representante;
- IV. são defesos os atos que não trazem ao proprietário qualquer comodidade, ou utilidade, e sejam animados pela intenção de prejudicar outrem;
- (A) Apenas os itens I e II estão corretos.
 (B) Apenas os itens III e IV estão corretos.
 (C) Todos os itens estão corretos.
 (D) Todos os itens estão incorretos.

QUESTÃO 46

Sobre Direito de Família, assinale a alternativa INCORRETA:

- (A) Subsiste o casamento celebrado por aquele que, sem possuir a competência exigida na lei, exercer publicamente as funções de juiz de casamentos e, nessa qualidade, tiver registrado o ato no Registro Civil.
- (B) Para realização do divórcio extrajudicial, devem ser obedecidas as regras de competência do Código de Processo Civil.
- (C) Na audiência de conciliação, o juiz informará ao pai e à mãe o significado da guarda compartilhada, a sua importância, a similitude de deveres e direitos atribuídos aos genitores e as sanções pelo descumprimento de suas cláusulas.
- (D) O pai e a mãe, no exercício do poder familiar, têm direito aos frutos advindos dos bens de propriedade dos filhos.

QUESTÃO 47

Com relação à competência interna, prevista no Código de Processo Civil, considerando as assertivas abaixo:

- I. nas ações fundadas em direito real sobre móveis é competente o foro da situação da coisa, não podendo o autor optar pelo foro do domicílio ou de eleição;
- II. as ações em que o ausente for réu correm no foro do domicílio do autor, que é também o competente para a arrecadação, o inventário, a partilha e o cumprimento de disposições testamentárias;
- III. é competente o foro do domicílio ou da residência do alimentante, para a ação em que se pedem alimentos;
- IV. é competente o foro do lugar onde está a sede, para a ação em que for ré a pessoa jurídica;

Assinale a opção CORRETA:

- (A) Os itens I, III e IV estão incorretos.
 (B) Os itens I, II e III estão incorretos.
 (C) Os itens II, III e IV estão incorretos.
 (D) Todos os itens estão incorretos.

QUESTÃO 48

Constitui crime ambiental, nos termos da Lei nº 9.605/98:

- I. modificar, danificar ou destruir ninho natural;
- II. introduzir espécime animal no País, sem parecer técnico oficial favorável e licença expedida por autoridade competente;
- III. pescar em período, no qual a pesca seja proibida ou em lugares interditados por órgão competente;
- IV. transportar, comercializar, beneficiar ou industrializar espécimes provenientes da coleta, apanha e pesca proibidas;
- V. abater de animal para proteger lavouras, pomares e rebanhos da ação predatória ou destruidora de animais, desde que legal e expressamente autorizado pela autoridade competente;
- (A) Apenas os itens I, II, III e IV estão corretos.
 (B) Apenas os itens II, III, IV e V estão corretos.
 (C) Apenas os itens I, II, IV e V estão corretos.
 (D) Todos os itens estão corretos.

QUESTÃO 49

Nos termos do previsto no Código de Processo Civil, NÃO correm em segredo de justiça os processos que dizem respeito a:

- (A) Inventário.
 (B) Casamento.
 (C) Filiação.
 (D) Guarda de menores.

QUESTÃO 50

Conforme previsto no Código de Processo Civil, suspende-se o processo, EXCETO:

- (A) Pela morte ou perda da capacidade processual de qualquer das partes, de seu representante legal ou de seu procurador.
- (B) Pela convenção de arbitragem.
- (C) Quando for oposta exceção de incompetência do juízo, da câmara ou do tribunal, bem como de suspeição ou impedimento do juiz.
- (D) Por motivo de força maior.

QUESTÃO 51

Nos termos da Lei nº 9.455/97, que trata dos crimes de tortura, ter-se-á aumento de pena quando o crime é cometido:

- I. contra agente público;
- II. contra gestante;
- III. contra adolescente;
- IV. contra pessoa com deficiência;
- V. contra maior de 60 (sessenta) anos;

- (A) Apenas os itens I, III, IV e V estão corretos.
 (B) Apenas os itens II, III, IV e V estão corretos.
 (C) Apenas os itens I, II, IV e V estão corretos.
 (D) Todos os itens estão corretos.

QUESTÃO 52

Com relação ao sistema recursal previsto no Código de Processo Civil, considerando as assertivas abaixo:

- I. a apelação devolverá ao tribunal o conhecimento da matéria impugnada, sendo que, nos casos de extinção do processo sem julgamento do mérito, o tribunal pode julgar desde logo a lide, se a causa versar questão exclusivamente de direito e estiver em condições de imediato julgamento;

- II. das decisões interlocutórias caberá agravo, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma retida, salvo quando se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida, quando será admitida a sua interposição por instrumento;
- III. cabem embargos de declaração, que deverão ser opostos no prazo de 10 (dez) dias, quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade ou contradição, ou ainda, quando for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz ou tribunal;
- IV. o recurso extraordinário e o recurso especial, nos casos previstos na Constituição Federal, serão interpostos, em petições distintas, perante o presidente ou o vice-presidente do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça;

Assinale a opção CORRETA:

- (A) Os itens I, II e III estão corretos.
 (B) Os itens II, III e IV estão corretos.
 (C) Os itens II, III e IV estão incorretos.
 (D) Os itens I, II e III estão incorretos.

QUESTÃO 53

Com relação ao mandado de segurança, disciplinado pela Lei nº 12.016/09, considerando as assertivas abaixo:

- I. conceder-se-á mandado de segurança de ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução;
- II. não será concedida medida liminar que tenha por objeto a reclassificação ou equiparação de servidores públicos e a concessão de aumento ou a extensão de vantagens ou pagamento de qualquer natureza;
- III. o direito de requerer mandado de segurança extinguir-se-á decorridos 120 (cento e vinte) dias, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado;
- IV. o pedido de mandado de segurança não poderá ser renovado dentro do prazo decadencial, ainda que a decisão denegatória não lhe houver apreciado o mérito;

Assinale a opção CORRETA:

- (A) Apenas os itens I e II estão corretos.
 (B) Apenas os itens II e III estão corretos.
 (C) Apenas os itens III e IV estão corretos.
 (D) Apenas os itens I e IV estão corretos

QUESTÃO 54

Acerca do tema execução fiscal, conforme versa a Lei nº 6.830/80, é INCORRETO afirmar que:

- (A) Constitui Dívida Ativa da Fazenda Pública aquela definida como tributária ou não tributária na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, com as alterações posteriores.
 (B) A Dívida Ativa da Fazenda Pública, compreendendo a tributária e a não tributária, sem abranger a atualização monetária, juros e multa de mora e demais encargos previstos em lei ou contrato.
 (C) A inscrição, que constitui o ato de controle administrativo da legalidade, é realizada pelo órgão competente para apurar a liquidez e certeza do crédito.
 (D) A Dívida Ativa da União é apurada e inscrita na Procuradoria da Fazenda Nacional.

QUESTÃO 55

Sobre os princípios da Administração Pública dispostos na Constituição Federal, marque a alternativa CORRETA:

- (A) Somente a administração pública direta dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
 (B) A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
 (C) A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes, exclusivamente, da União, dos Estados, do Distrito Federal obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
 (D) A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes, exclusivamente, da União, dos Estados e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

QUESTÃO 56

Conforme previsto na Lei nº 8.429/92, NÃO constitui ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário:

- (A) Permitir ou facilitar a aquisição permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado.
 (B) Qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade e lealdade às instituições.
 (C) Realizar operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares ou aceitar garantia insuficiente ou inidônea.
 (D) Frustrar a licitude de processo licitatório ou dispensá-lo indevidamente.

QUESTÃO 57

Acerca da defesa das pessoas com necessidades especiais e correto afirmar, EXCETO:

- (A) As repartições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos estão obrigadas a dispensar atendimento prioritário, por meio de serviços individualizados que assegurem tratamento diferenciado e atendimento imediato às pessoas com deficiência.
 (B) É considerada pessoa com deficiência a que se enquadra nas seguintes categorias: deficiência física; deficiência auditiva, deficiência visual; deficiência mental e deficiência múltipla.
 (C) É ressalvada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos servidores, pessoas com deficiência, titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações.
 (D) A transferência de recursos financeiros, objetivando a execução do Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência - PAED, é efetivada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, mediante convênio, ajuste, acordo ou contrato.

QUESTÃO 58

Os contratos decorrentes de dispensa ou de inexigibilidade de licitação devem atender aos termos do ato que os autorizou e da respectiva proposta. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam, EXCETO:

- (A) O regime de execução ou a forma de fornecimento.
 (B) Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso.
 (C) Os casos de rescisão.
 (D) A hipoteca como forma prioritária de garantia.

QUESTÃO 59

Com relação à ação civil pública, prevista na Lei nº 7.347/85, é INCORRETO afirmar que:

- (A) Tem legitimidade para propor a ação principal e a ação cautelar, a associação que esteja constituída há pelo menos 1 (um) ano nos termos da lei civil e que inclua, entre suas finalidades institucionais, concomitantemente, a proteção ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência e ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.
- (B) Não haverá adiantamento de custas, emolumentos, honorários periciais e quaisquer outras despesas, nem condenação da associação autora, salvo comprovada má-fé, em honorários de advogado, custas e despesas processuais.
- (C) Havendo condenação em dinheiro, a indenização pelo dano causado reverterá a um fundo gerido por um Conselho Federal ou por Conselhos Estaduais de que participarão necessariamente o Ministério Público e representantes da comunidade, sendo seus recursos destinados à reconstituição dos bens lesados.
- (D) Julgado procedente o pedido, a sentença civil fará coisa julgada *erga omnes*, nos limites da competência territorial do órgão prolator.

QUESTÃO 60

Nos termos do Código Penal, é isento de pena o agente que pratica o fato:

- (A) Pela emoção ou pela paixão.
- (B) Pela embriaguez, voluntária ou culposa, pelo álcool.
- (C) Pela embriaguez, voluntária ou culposa, por substâncias de efeitos análogos ao do álcool.
- (D) Pelo estado de embriaguez completa do agente, proveniente de caso fortuito ou força maior ao tempo da ação ou da omissão, que o torne inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

QUESTÃO 61

Nos termos do Código Penal, acerca das penas privativas de liberdade, é INCORRETO afirmar:

- (A) Deverão ser executadas em forma progressiva, de acordo com o mérito do condenado.
- (B) Deverão ser executadas em forma progressiva, independente do mérito do condenado.
- (C) O condenado a pena superior a 8 (oito) anos deverá começar a cumpri-la em regime fechado.
- (D) O condenado não reincidente, cuja pena seja igual ou inferior a 4 (quatro) anos, poderá, desde o início, cumpri-la em regime aberto.

QUESTÃO 62

Nos termos da Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/84), relativamente à Defensoria Pública, é INCORRETO afirmar:

- (A) As Unidades da Federação deverão ter serviços de assistência jurídica, integral e gratuita, pela Defensoria Pública, dentro e fora dos estabelecimentos penais.
- (B) Fora dos estabelecimentos penais, serão implementados Núcleos Especializados da Defensoria Pública para a prestação de assistência jurídica integral e gratuita aos réus, sentenciados em liberdade, egressos e seus familiares, sem recursos financeiros para constituir advogado.

- (C) Requerer a instauração dos incidentes de excesso ou desvio de execução.
- (D) Visitará esporadicamente os estabelecimentos penais, registrando a sua presença em livro próprio.

QUESTÃO 63

Nos termos do Código Penal, acerca da Ação Penal, é INCORRETO afirmar:

- (A) Não será pública, quando a lei expressamente declarar que será privativa do ofendido.
- (B) A ação pública é promovida pelo Ministério Público, dependendo, quando a lei o exige, de representação do ofendido ou de requisição do Ministro da Justiça.
- (C) A ação de iniciativa privada é promovida, mediante queixa do ofendido ou de quem tenha qualidade para representá-lo, bem como por requisição do Ministro da Justiça.
- (D) No caso de morte do ofendido ou de ter sido declarado ausente por decisão judicial, o direito de oferecer queixa ou de prosseguir na ação passa ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.

QUESTÃO 64

Nos termos do Código Penal, comete crime contra a administração pública, o funcionário público que:

- I. patrocinar, direta ou indiretamente, interesse público perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário;
 - II. por indulgência, deixar de responsabilizar autoridade superior que cometeu infração no exercício do cargo;
 - III. exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida;
 - IV. abandonar cargo público, fora dos casos permitidos em lei;
- (A) Apenas os itens I e II estão corretos.
 - (B) Apenas os itens II e III estão corretos.
 - (C) Apenas os itens III e IV estão corretos.
 - (D) Apenas os itens I e IV estão corretos.

QUESTÃO 65

A Lei nº 11.343/06 institui o Sistema Nacional de Polícias sobre Drogas - SISNAD. Analise os itens e marque a alternativa CORRETA:

- I. a referida lei prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas, estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas e define crimes;
 - II. as atividades de prevenção do uso indevido de drogas dirigidas à criança e ao adolescente deverão estar em consonância com as diretrizes emanadas pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA;
 - III. constituem atividades de atenção ao usuário e dependente de drogas e respectivos familiares, para efeito desta Lei, aquelas direcionadas para sua integração ou reintegração em redes sociais;
 - IV. a atenção ao usuário ou dependente de drogas e aos respectivos familiares, deverá ocorrer obrigatoriamente de forma multidisciplinar e por equipes multiprofissionais;
- (A) Apenas os itens I e II estão corretos.
 - (B) Apenas os itens II e III estão corretos.

- (C) Apenas os itens III e IV estão corretos.
 (D) Apenas os itens I e IV estão corretos.

QUESTÃO 66

De acordo com a Lei Maria da Penha, conhecer do expediente e do pedido e decidir sobre as medidas protetivas de urgência; determinar o encaminhamento da ofendida ao órgão de assistência judiciária, quando for o caso; comunicar ao Ministério Público para que adote as providências cabíveis, são providências que o juiz deverá tomar, após recebido o expediente com o pedido da ofendida, no prazo de:

- (A) 24 horas (vinte e quatro horas).
 (B) 36 horas (trinta e seis horas).
 (C) 48 horas (quarenta e oito horas).
 (D) 72 horas (setenta e duas horas).

QUESTÃO 67

Nos termos do Código de Processo Penal, marque a opção CORRETA sobre ação penal:

- I. nos crimes de ação pública, esta será promovida por denúncia do Ministério Público, mas dependerá, quando a lei o exigir, de requisição do Ministro da Justiça, ou de representação do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo;
 - II. nos crimes de ação pública, esta será promovida por denúncia do Ministério Público, dependendo sempre de requisição do Ministro da Justiça;
 - III. qualquer pessoa do povo poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, nos casos em que caiba a ação pública, fornecendo-lhe, por escrito, informações sobre o fato e a autoria e indicando o tempo, o lugar e os elementos de convicção;
 - IV. a representação será irretratável, depois de oferecida a denúncia;
- (A) Apenas os itens I, II e III estão corretos.
 (B) Apenas os itens II, III e IV estão corretos.
 (C) Apenas os itens I, II e IV estão corretos.
 (D) Apenas os itens I, III e IV estão corretos.

QUESTÃO 68

Considerando os direitos assegurados no Estatuto do Idoso, de que dispõe a Lei nº 10.741/03, é INCORRETO afirmar que:

- (A) É assegurado às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, atendimento preferencial imediato e individualizado junto aos órgãos públicos e privados prestadores de serviços à população.
 (B) É assegurada prioridade na tramitação dos processos e procedimentos e na execução dos atos e diligências judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, em qualquer instância.
 (C) As transações relativas a alimentos aos idosos que deles necessitar poderão ser celebradas perante o Promotor de Justiça ou Defensor Público, que as referendará, e passarão a ter efeito de título executivo extrajudicial nos termos da lei processual civil.
 (D) Constitui crime, de ação penal pública condicionada à representação, apropriar-se de ou desviar bens, proventos, pensão ou qualquer outro rendimento do idoso, dando-lhes aplicação diversa da de sua finalidade.

QUESTÃO 69

Nos termos do Código de Processo Penal, marque a alternativa CORRETA.

- (A) As partes só poderão apresentar documentos durante a fase recursal do processo.
 (B) As partes só poderão apresentar documentos até o início da fase recursal.
 (C) Documentos são quaisquer escritos, instrumentos ou papéis, desde que sejam exclusivamente públicos.
 (D) À fotografia do documento, devidamente autenticada, se dará o mesmo valor do original.

QUESTÃO 70

O Código de Processo Penal NÃO autoriza a realização da busca domiciliar:

- (A) Para proceder a citação do acusado.
 (B) Para apreender coisas achadas ou obtidas por meios criminosos.
 (C) Para apreender cartas, abertas ou não, destinadas ao acusado ou em seu poder, quando haja suspeita de que o conhecimento do seu conteúdo possa ser útil à elucidação do fato.
 (D) Para apreender pessoas vítimas de crimes ou colher qualquer elemento de convicção.

QUESTÃO 71

Nos termos do Código de Processo Penal, marque a alternativa CORRETA:

- I. a impossibilidade de identificação do acusado com o seu verdadeiro nome ou outros qualificativos não retardará a ação penal, quando certa a identidade física. A qualquer tempo, no curso do processo, do julgamento ou da execução da sentença, se for descoberta a sua qualificação, far-se-á a retificação, por termo, nos autos, sem prejuízo da validade dos atos precedentes;
 - II. se o acusado não atender à intimação para o interrogatório, reconhecimento ou qualquer outro ato que, sem ele, não possa ser realizado, a autoridade poderá mandar conduzi-lo à sua presença;
 - III. o acusado, que não for pobre, será obrigado a pagar os honorários do defensor dativo, arbitrados pelo juiz;
 - IV. a defesa técnica, quando realizada por defensor público ou dativo, será sempre exercida através de manifestação fundamentada;
- (A) Apenas os itens I, II e III estão corretos.
 (B) Apenas os itens II, III e IV estão corretos.
 (C) Apenas os itens I, III e IV estão corretos.
 (D) Todos os itens estão corretos.

QUESTÃO 72

Nos termos do Código de Processo Penal, a sentença NÃO conterà:

- I. a exposição sucinta da acusação e da defesa;
 - II. os nomes das partes ou, quando não possível, as indicações necessárias para identificá-las;
 - III. a indicação dos artigos de lei aplicados;
 - IV. a indicação dos motivos de fato e de direito em que se fundar a decisão;
- (A) Apenas os itens I, II e III estão corretos.
 (B) Apenas os itens II, III e IV estão corretos.
 (C) Todos os itens estão corretos.
 (D) Todos os itens estão incorretos.

QUESTÃO 73

Nos termos do disposto na Lei nº 9.099/95, no que concerne aos Juizados Especiais Criminais, marque a opção CORRETA:

- I. será provido por juízes togados ou togados e leigos;
- II. é competente para a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo, respeitadas as regras de conexão e continência;
- III. será provido somente por juízes togados;
- IV. consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 3 (três) anos, cumulada ou não com multa;

- (A) Apenas os itens I e II estão corretos.
- (B) Apenas os itens III e IV estão corretos.
- (C) Apenas os itens II e III estão corretos.
- (D) Apenas os itens I e IV estão corretos.

QUESTÃO 74

Nos termos do Código de Defesa do Consumidor, é INCORRETO afirmar:

- (A) A defesa dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas poderá ser exercida em juízo individualmente, ou a título coletivo.
- (B) Para a defesa dos direitos e interesses protegidos pelo Código de Defesa do Consumidor são admissíveis todas as espécies de ações capazes de propiciar sua adequada e efetiva tutela.
- (C) Na ação que tenha por objeto o cumprimento da obrigação de fazer ou não fazer, o juiz concederá a tutela específica da obrigação ou determinará providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento.
- (D) Nas ações coletivas de que trata o Código de Defesa do Consumidor haverá adiantamento de custas, emolumentos, honorários periciais e demais despesas.

QUESTÃO 75

Podemos afirmar que a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Pacto Internacional de Direitos Cívicos e Políticos e o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, formam a Carta Internacional dos Direitos Humanos, documento básico do sistema global de Proteção Internacional dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, aos quais se somam os tratados internacionais de direitos humanos mencionados, EXCETO:

- (A) Convenção para Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio.
- (B) Tratado Internacional de Cosmeceuticos.
- (C) Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial.
- (D) Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres.

QUESTÃO 76

Com relação à Corte Interamericana de Direitos Humanos, é INCORRETO afirmar que:

- (A) A Corte compor-se-á de onze juízes, nacionais dos Estados membros da Organização dos Estados Americanos, podendo haver dois juízes da mesma nacionalidade.
- (B) A Corte tem competência para conhecer de qualquer caso relativo à interpretação e aplicação das disposições da Convenção Americana sobre Direitos Humanos que lhe seja submetido, desde que os Estados Partes no caso

tenham reconhecido ou reconheçam a referida competência.

- (C) Somente os Estados Partes e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos têm direito de submeter caso à decisão da Corte.
- (D) Quando decidir que houve violação de um direito ou liberdade protegidos pelo Pacto de São José da Costa Rica, a Corte determinará que se assegure ao prejudicado o gozo do seu direito ou liberdade violados, podendo determinar ainda que sejam reparadas as consequências da medida ou situação que haja configurado a violação desses direitos, bem como o pagamento de indenização justa à parte lesada.

QUESTÃO 77

Com relação ao disposto na Lei nº 4.717/65, que dispõe sobre a ação popular, considerando as assertivas:

- I. qualquer cidadão será parte legítima para pleitear a anulação ou a declaração de nulidade de atos lesivos aos bens e direitos de valor econômico, artístico, estético, histórico ou turístico;
- II. entre outros, são nulos os atos lesivos ao patrimônio público em caso de desvio de finalidade, que consiste na omissão ou na observância incompleta ou irregular de formalidades indispensáveis à existência ou seriedade do ato;
- III. além das pessoas pública ou privadas referidas na Lei, figurarão no pólo passivo da ação as autoridades, funcionários ou administradores que houverem autorizado, aprovado, ratificado ou praticado o ato impugnado, ou que, por omissas, tiverem dado oportunidade à lesão, e contra os beneficiários diretos do mesmo;
- IV. a pessoas jurídica de direito público ou de direito privado, cujo ato seja objeto de impugnação, obrigatoriamente, deverão atuar como litisconsorte ou assistente do autor;

Assinale a opção CORRETA:

- (A) Os itens I e III estão corretos.
- (B) Os itens II e IV estão corretos.
- (C) Os itens I e III estão incorretos.
- (D) Todos itens estão incorretos.

QUESTÃO 78

Nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente, é INCORRETO afirmar acerca da família substituta:

- (A) Far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção, independentemente da situação jurídica da criança ou adolescente.
- (B) Não se deferirá colocação em família substituta a pessoa que revele, por qualquer modo, incompatibilidade com a natureza da medida ou não ofereça ambiente familiar adequado.
- (C) A colocação em família substituta estrangeira constitui medida excepcional, somente admissível na modalidade de guarda.
- (D) A colocação em família substituta não admitirá transferência da criança ou adolescente a terceiros ou a entidades governamentais ou não-governamentais, sem autorização judicial.

QUESTÃO 79

Nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente, acerca da autorização para viajar, assinale a alternativa CORRETA:

- I. nenhuma criança poderá viajar para fora da comarca onde reside, desacompanhada dos pais ou responsável, sem expressa autorização judicial;
- II. a autorização não será exigida quando tratar-se de comarca contígua à da residência da criança, se na mesma unidade da Federação, ou incluída na mesma região metropolitana ou a criança estiver acompanhada: de ascendente ou colateral maior ou menor, até o quarto grau, comprovado documentalmente o parentesco; de pessoa maior, expressamente autorizada pelo pai, mãe ou responsável;
- III. a autoridade judiciária poderá, a pedido dos pais ou responsável, conceder autorização válida por até cinco anos;
- IV. sem prévia e expressa autorização judicial, nenhuma criança ou adolescente nascido em território nacional poderá sair do País em companhia de estrangeiro residente ou domiciliado no exterior;

- (A) Apenas os itens I e II estão corretos.
(B) Apenas os itens I e IV estão corretos.
(C) Apenas os itens II e III estão corretos.
(D) Apenas os itens II e IV estão corretos.

QUESTÃO 80

Nos termos da Resolução nº 113/06 do CONANDA, marque a alternativa CORRETA:

- I. compete ao Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente promover, defender e controlar a efetivação dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais, coletivos e difusos, em sua integralidade, em favor de todas as crianças e adolescentes, de modo que sejam reconhecidos e respeitados como sujeitos de direitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento; colocando-os a salvo de ameaças e violações a quaisquer de seus direitos, além de garantir a apuração e reparação dessas ameaças e violações;
- II. o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente procurará enfrentar os atuais níveis de desigualdades e iniquidades, que se manifestam nas discriminações, explorações e violências, baseadas em razões de classe social, gênero, raça/etnia, orientação sexual, deficiência e localidade geográfica, que dificultam significativamente a realização plena dos direitos humanos de crianças e adolescentes, consagrados nos instrumentos normativos nacionais e internacionais, próprios;
- III. o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente fomentará a integração do princípio do interesse superior da criança e do adolescente nos processos de elaboração e execução de atos do executivo e do judiciário, políticas, programas e ações de entidades privadas, bem como nas decisões exclusivamente administrativas que afetem crianças e adolescentes;
- IV. o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente promoverá estudos e pesquisas, processos de formação de recursos humanos dirigidos aos operadores dele próprio, assim como a mobilização do público em geral sobre a efetivação do princípio da prevalência do melhor interesse da criança e do adolescente;

- (A) Apenas os itens I, II e III estão corretos.
(B) Apenas os itens II, III e IV estão corretos.
(C) Apenas os itens I, II e IV estão corretos.
(D) Apenas os itens I, III e IV estão corretos.

PROVA DISCURSIVA

Instruções

Redija um texto **DISSERTATIVO, em prosa**. Observe rigorosamente as orientações e informações a seguir:

- O texto deve ser desenvolvido segundo o tema.
- O tema vem acompanhado de uma coletânea, que tem o objetivo de orientar sua linha argumentativa.
- Sua prova discursiva será **ANULADA** se você: fugir ao **tema**; desconsiderar a **coletânea**; não atender ao **tipo de texto** exigido, ultrapassar o número máximo de linhas – 30 (trinta) linhas.

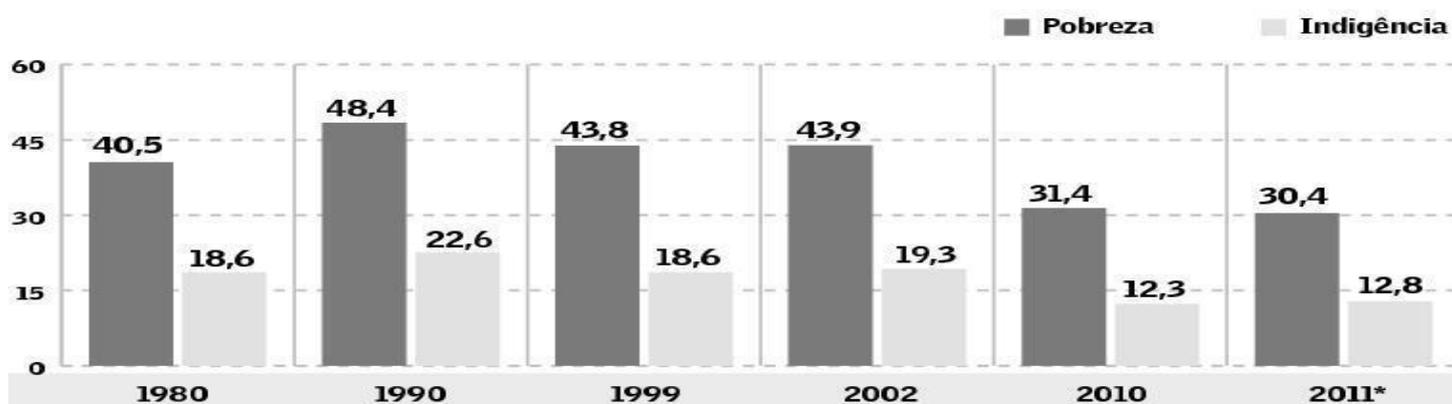
Tema

A pobreza como uma violação dos direitos humanos

TEXTO I

A pobreza na América Latina

Em percentual da população



Fonte: Panorama Social da América Latina (Cepal). *Projeção

Disponível em: <<http://www.valor.com.br/sites/default/files/gn/11/11/arte30int-301-cepas-a11.jpg>>. Acessado em: 05 ago. 2012.

TEXTO II

“A igualdade dos cidadãos perante a lei passou a ser confrontada com a desigualdade da lei perante os cidadãos, uma confrontação que em breve se transformou num vasto campo de análise sociológico e de inovação social centrado na questão do acesso diferencial ao direito e à justiça por parte das diferentes classes e estratos sociais.”

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1995.

TEXTO III

A DEFENSORIA PÚBLICA E A ERRADICAÇÃO DA POBREZA

A pobreza é considerada por alguns pesquisadores uma causa ou a consequência da violação dos direitos humanos, assim como pode ser considerada uma violação dos direitos humanos ou um direito humano em si se considerado o direito a ser livre da pobreza. Sua vinculação com os direitos humanos se dá, então, no âmbito dos direitos econômicos e sociais, embora não possa ser vista unicamente como violação desses direitos, já que na condição de pobreza também ocorrem negações de direitos civis e políticos, que ensejam conflitos e, portanto, a necessidade de atuação do Estado no combate às violações de direitos humanos.

Disponível em: <http://www.anadep.org.br/wtksite/cms/conteudo/13134/ANGELITA_MARIA_MADERS.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2012.

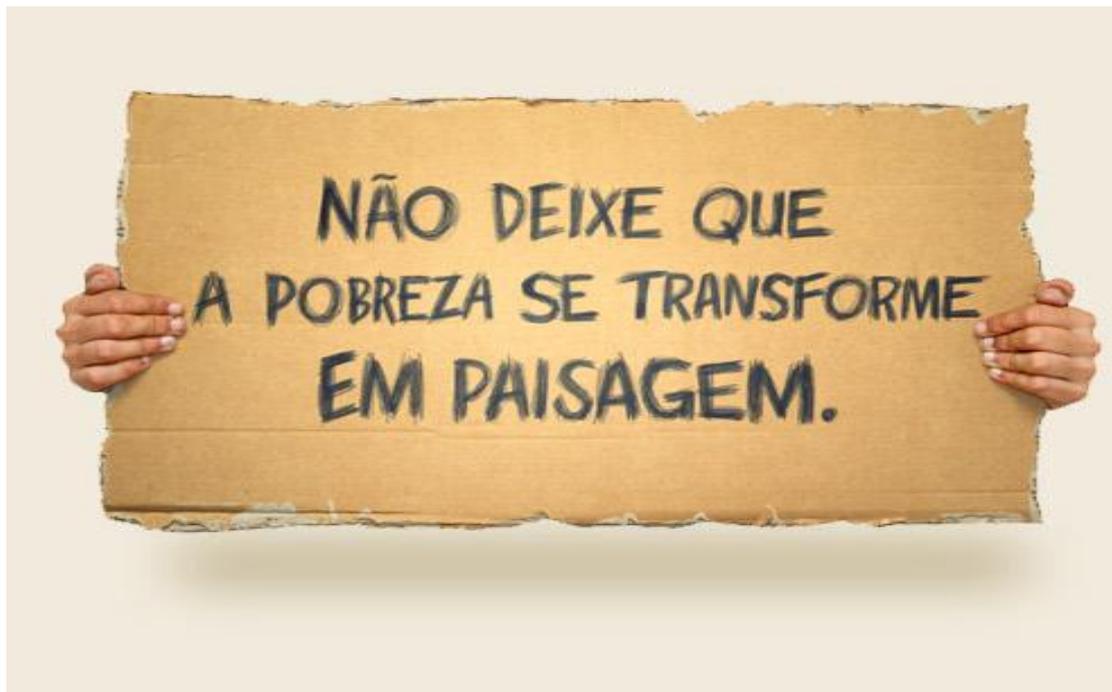
TEXTO IV

Art. 3º - I - construir uma sociedade livre, justa e solidária; III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 05 ago. 2012.

TEXTO V



Disponível: <http://4.bp.blogspot.com/_PYubGPb78Q0/TTYFK_E0kcl/AAAAAAAAAH0/THXD_pKCcuqM/S780/pobreza.jpg>. Acesso em: 05 ago. 2012.

PROPOSTA

Considerando a atuação da Defensoria Pública, leia a coletânea e elabore sua dissertação, argumentando sobre o tema: **A pobreza como uma violação dos direitos humanos.**

RASCUNHO – PROVA DISCURSIVA

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	